



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS

ATA ORDINÁRIA N.º 7/2018/CODIR/REI/IFTO, DE 13 DE AGOSTO DE 2018

Ata da terceira reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO. Aos dias treze do mês de agosto de dois mil e dezoito, com as atividades agendadas para os horários de expediente, das oito às doze horas e das catorze às dezoito horas, no Auditório I da Reitoria do IFTO, situada na Avenida Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, conjunto 1, lote 8, na cidade de Palmas - TO, reuniu-se, sob a presidência do magnífico reitor Antonio da Luz Júnior, o Colégio de Dirigentes – Codir –, composto pelo reitor como presidente, pelos pró-reitores, pelos diretores-gerais dos *campi* e pelos diretores dos *campi* avançados do IFTO. Foi registrada a presença dos seguintes membros: pró-reitor de Administração, Octaviano Sidnei Furtado; pró-reitor de Desenvolvimento Institucional, Danilo Gomes Martins; pró-reitora de Ensino, Nayara Dias Nascimento Pajeú; pró-reitora de Extensão, Gabriela de Medeiros Cabral; pró-reitora de Pesquisa e Inovação, Paula Karini Dias Ferreira Amorim; diretor-geral do *Campus* Araguaína, Cristiano Fernandes Mateus; diretor-geral do *Campus* Araguatins, Josafá Carvalho Aguiar; diretor-geral *pro tempore* do *Campus* Dianópolis, Pietro Lopes Rego; diretor-geral do *Campus* Gurupi, Marcelo Alves Terra; diretor-geral *pro tempore* do *Campus* Colinas do Tocantins, Paulo Hernandes Gonçalves da Silva; diretor-geral do *Campus* Palmas, Wendell Eduardo Moura Costa; diretor-geral do *Campus* Paraíso do Tocantins, Flávio Eliziário de Souza; diretor-geral do *Campus* Porto Nacional, Edilson Leite de Sousa; diretora do *Campus* Avançado Pedro Afonso, Mírian Peixoto Soares da Silva; diretor do *Campus* Avançado Lagoa da Confusão, Jardel Barbosa dos Santos; e diretor do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, Marlon Barbosa dos Santos. Registrou-se também a presença da diretora de Gestão de Pessoas Juliana Ferreira de Queiroz, da gerente de Ensino do *Campus* Colinas do Tocantins, Rejane Marinho de Sousa, e do gerente de Execução Financeira do *Campus* Araguatins, Jonas Ribeiro de Assis Junior. O presidente conferiu o quórum, deu boas-vindas aos dirigentes e declarou aberta a reunião. Ele iniciou a reunião com os informes gerais: apresentou como será a dinâmica da reunião do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – Conif –, em que serão apresentadas as ações desenvolvidas pelo IFTO, e destacou a importância da participação dos diretores nessa reunião. Em seguida, o presidente apresentou a pauta da reunião, discorreu sobre o orçamento para o ano de 2019 e as expectativas sobre os limites orçamentários; orientou também que os diretores procurassem a Pró-reitoria de Administração – Proad –, que estaria de prontidão para ajudar quanto ao planejamento dos *campi*, o ponto de partida para fazer a distribuição do orçamento. Acrescentou que a perspectiva era de que o orçamento fosse o mesmo de 2018 acrescido de pelo menos 12 %; no entanto, o governo não sinalizou o aceite ao orçamento sugerido pelo Conif, de 3,9 bilhões, e o esperado era que fosse em torno de 2,5 ou 2,6 bilhões, mas sem nada confirmado ainda. Informou também que a reunião do Conselho Superior – Consup – estava prevista para o dia 27 de agosto, em que será discutido o orçamento do PNAE e

da assistência estudantil, esboçando preocupação com a execução e aproveitamento dos recursos. Logo em seguida, Marcelo Terra comunicou o falecimento de um aluno do curso de Agronegócio do *Campus* Gurupi. Depois, Octaviano falou sobre a solicitação de cálculo de receita própria para 2019, acrescentando que encaminhará uma planilha para que cada *campus* faça sua previsão de receita própria, já que o Ministério da Educação – MEC – estava solicitando que houvesse uma metodologia no planejamento dessa previsão, em que devem ser feitas justificativas e apresentadas necessidades como, por exemplo, as receitas dos *campi* agrícolas, que devem incluir o que é produzido e comercializado no *campus*; já os demais *campi* devem apresentar suas possíveis receitas, como serviços ou bens que possam ser alienados. Os *campi* devem, então, encaminhar a referida planilha à Proad até o dia 17 do corrente mês para que possa ser repassada ao MEC. Com a palavra, Danilo alertou sobre os prazos das licenças ambientais e informou que o engenheiro ambiental da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional – Prodi – faz as solicitações aos órgãos ambientais com antecedência de 120 (cento e vinte) dias do prazo de entrega, razão pela qual os diretores devem deixar uma pessoa responsável por acompanhar essas demandas. Dando continuidade à reunião, foi feita a apresentação do edital do Processo Seletivo Unificado pela servidora Camilla, que solicitou respeito aos prazos do cronograma, informou que a previsão para sua publicação era no dia 21 do corrente mês para que tivesse mais tempo de divulgação. Solicitou ainda agilidade dos diretores quanto à apresentação do número de vagas a constar no edital, como também resposta aos memorandos enviados pela comissão. Discorreu sobre a importância das comissões locais e das informações dos *campi* para verificar a solicitação do pagamento dos fiscais. Camilla disse também que as inscrições serão do dia 30 setembro a 14 de outubro, que seu pagamento era por GRU, e que a entrega final dos resultados estava prevista para o dia 4 de janeiro 2019. Informou que o ônus para cada *campus* será a impressão do material de sala, envelopes e pinceis. Indagou se os diretores autorizavam a Comissão Central a passar essas responsabilidades para as comissões locais. Mírian sugeriu que os *campi* avançados ficassem sob responsabilidade da Comissão Central. Foi esclarecido que as provas serão impressas pela Comissão Central, que então envia-las via malote para os *campi*; ficará sob responsabilidade de cada *campus* as etiquetas, os gabaritos e as folhas de redação. Antonio sugeriu um plano de trabalho detalhando a quantidade de material a ser impresso em cada *campus* e o valor de pagamento de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso – GECC –, bem como o número de pessoas envolvidas nas comissões locais, para que fosse feito um ajuste, pois o custo do processo estava muito alto; pediu ainda para que observassem o limite de 124 (cento e vinte e quatro) horas para que não fosse ultrapassado; e ainda que o plano de trabalho fosse feito com justificativas. Edilson informou que já havia se reunido com a comissão local, quando foi realizada uma regulação das pessoas que trabalham nos processos seletivos, fazendo alteração dos servidores que atingiram o limite legal de horas permitidas para receber GECC, renovando então a comissão do processo seletivo 2019.1. O presidente esclareceu que uma regulamentação está sendo organizada para esses processos de pagamento de GECC, esclarecendo pontos importantes. Paulo falou então da necessidade de padronização dos processos de GECC, para que fosse feito de uma forma correta. Pietro ratificou a necessidade de observação dos horários de trabalho para recepção de GECC, quanto a devolução dos horários não trabalhados e não compensados. Em seguida, Antonio demonstrou preocupação acerca dos processos de contratação de professor substituto, pois em alguns *campi* não há custos mas em outros os custos são elevados. Josafá apresentou a situação de seu *campus* quanto aos professores que estão se aposentando para atuar em outras instituições, entre outros casos, e que o *campus* não pode contratar novos professores devido ao período eleitoral. Antonio informou que outros *campi* estão passando pelo mesmo problema, e que isso não se dá

por falta de planejamento pois são situações que podem acontecer, e orientou o diretor a fazer uma solicitação justificando todos os fatos e encaminhar para a Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP – para que fosse autorizada a contratação. Juliana acrescentou que a Procuradoria Federal junto ao IFTO e a Procuradoria do MEC já se manifestaram sobre esse assunto e que a liberação somente se dará em casos excepcionais. Antonio ressaltou que os diretores devem fazer justificativa e encaminhar para a Reitoria. Cristiano apresentou a situação do seu *campus* afirmando que o processo seletivo estava muito concorrido e que o nível das questões estava alto. Camilla explicou o arranjo do nível de dificuldade das provas, cujas questões têm nível fácil, médio e difícil. Cristiano questionou a elevação do nível e a dificuldade de os estudantes obterem êxito. Josafá falou sobre a importância de manter o nível das provas. Pietro relatou que os estudantes estão sendo aprovados no *campus* com notas baixas no processo seletivo. A presidente da comissão se comprometeu a levar o assunto para discussão com os professores elaboradores das questões. Continuando a reunião, Antonio passou para o próximo ponto da pauta: proposta de carga horária docente. Paula Karini fez a apresentação e passou a palavra para o prof. Weimar, que discorreu sobre o mestrado profissional da Rede Federal: 820 vagas em toda a rede federal e 30 mil candidatos; no *Campus* Palmas mais de 700 candidatos para 22 vagas, sendo 11 para servidores e 11 para a comunidade externa. Informou também que as aulas já se iniciaram e ocorrem quinzenalmente. Com a palavra, a prof.^a Mary Sena discorreu acerca do objetivo do mestrado. Falou que ao todo são nove docentes no programa e que os projetos devem ser voltados para produtos a serem aplicados no IFTO. Os dois professores solicitaram então um código de vaga, mesmo que temporário, para contratação de um professor substituto, a fim de ministrar as aulas dos docentes responsáveis pelo mestrado, mesmo que seja um professor substituto para atender duas áreas, para que o mestrado seja uma referência e seja transformado em um programa próprio. Prof. Weimar acrescentou que o impacto maior é no *Campus* Palmas, que tem o déficit de três professores. Disse que vai ser lançado edital para contratação de professores para suprir essas vagas, e sugeriu que professores de outros *campi* que tiverem pouca carga horária e desejarem poderiam ministrar aulas no lugar dos professores do mestrado. Cristiano apresentou a situação de seu *campus* que vem sofrendo com a falta de professores; abordou o desligamento da prof.^a Sabrina; falou ainda sobre as saídas por questão de saúde, entre outros motivos, que prejudicam as aulas, concluindo que em Araguaína estão mais precisando de ajuda do que tendo condições de ajudar, mas reconhecendo a importância do mestrado. Explicou que não é possível explicar aos alunos que eles ficarão sem aula por causa do mestrado, e sugeriu um esforço conjunto de todos os *campi* para solucionar o problema. Antonio solicitou detalhamento da situação e se comprometeu a se reunir com as Pró-reitorias de Ensino de Pesquisa e com a DGP, e também solicitou a carga horária dos professores do mestrado. Quanto à contratação de professor substituto, informou que neste período eleitoral seria mais complicado, no entanto, após o período eleitoral e de posse das informações, seria possível verificar a contratação. Wendell informou quais os professores do *Campus* Palmas que estão envolvidos no mestrado e questionou como deveriam ser discutidas as questões de remoção e redistribuição de professores. Antonio falou do caso da Prof.^a Cláudia e do direito da servidora, e que não tem como negar o direito do servidor; falou ainda dos casos de saúde, dos prazos e da contratação de substituto; entende que o prejuízo não pode ficar com o *campus* e que estava atento para essas questões. Wendell falou que saindo o servidor do *campus*, a vaga para contratação de substituto é do próprio *campus*. O presidente esclareceu que nenhum gestor é culpado dessa situação, e que a cada situação que surgir tem que se buscar um entendimento conjunto; reforçou que o programa de mestrado é importante para a pós-graduação *stricto sensu*, que é fundamental para pesquisa e importante para os avanços que podem ser trazidos à comunidade. Josafá falou

do perfil dos professores de mestrado e que foi restrito aos professores que publicam na área de ensino; se tivesse sido mais aberto poderia ser mais fácil a execução. Prof.^a Mary falou que o programa já veio definido e que é muito difícil aprovar um mestrado, e ainda relatou algumas experiências passadas. Wendell então disse que o Codir tem que discutir a questão da carga horária dos professores envolvidos nos programas de pesquisa. Josafá falou que deve ser discutida também a carga horária dos professores dos cursos técnicos e superiores. Antonio informou que tem uma comissão trabalhando nesse assunto. Continuou falando sobre a determinação do MEC sobre a questão de carga horária: no IFTO a carga horária mínima é de 8 horas, mas o MEC está prevendo passar para 12 horas; sugere então que os *campi* alinhem a carga horária dos cursos. Jardel acrescentou que deve haver cautela na movimentação dos professores para não dificultar a situação nos *campi*. Paula acrescentou que a Pró-reitoria de Pesquisa trabalhará no planejamento do mestrado em conjunto com os coordenadores. Com a palavra, Juliana informou sobre a posse dos 36 novos servidores. Em seguida, solicitou que os diretores definissem as vagas para concurso e as vagas para outras situações, como remoção, e disse que será preciso alinhar essa questão, visto que o TCU afirma que é ilegal aproveitamento de concurso realizado em localidade diversa. Esclareceu que a palavra não é mais região, e sim localidade, e que solicitou à procuradoria um esclarecimento sobre o assunto. Relatou ainda a dificuldade de aproveitamento de professores da Universidade Federal do Tocantins – UFT –, pois a carreira é diferente da de professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT –; no caso de Técnicos Administrativos em Educação – TAE –, seria possível pois a carreira é a mesma. Por último, afirmou que o IFTO tem que realizar concurso. Pietro explicou sobre a vaga de professor de Biologia, que é aproveitamento. Mírian confirmou que a vaga de Engenharia Agrícola é para concurso. Juliana cobrou definição de vaga do *Campus* Palmas e afirmou que o *Campus* Araguaia tem uma vaga de Geografia. Josafá afirmou que não tem intenção de fazer remoção com essa vaga, e que ela vai para concurso. Outras vagas que também vão para concurso são de Informática, do *Campus* Avançado Formoso do Araguaia, e as vagas de Libras. Juliana afirmou que não será mais feita redistribuição neste ano, e informou que o MEC verifica a situação dos concursos na Instituição na avaliação do processo. Juliana então apresentou as vagas que já tinham sido disponibilizadas para remoção. Josafá afirmou que a vaga do prof. Ovídio deve ser para a disciplina de História. Wendell afirmou que o *Campus* Palmas tem dificuldade com as vagas de Educação Física e de Engenharia Elétrica. Juliana afirmou que a Instituição está ficando sem cadastro de reserva e que no próximo ano receberá mais vagas. Wendell informou que irá discutir sobre o assunto no conselho pedagógico da área de Educação Física. Pietro afirmou que precisa de professor de Química e sugeriu que os *campi* deveriam alinhar as demandas. Marcelo Terra afirmou que a situação de Geografia do *Campus* Dianópolis irá impactar no *Campus* Gurupi. Juliana esclareceu que no caso das redistribuições deve haver ofício do reitor e a declaração do servidor de que está de acordo com o ato de redistribuição. Juliana falou que há muitas solicitações de redistribuição em que os servidores estão solicitando ajuda de custo e que o *campus* deverá arcar com esses custos. Antonio afirmou que quem está pagando essa despesa é a Reitoria, e que não vai ser concedido mais para ninguém. Caso seja feito algum pedido, os diretores devem pedir para o servidor abrir mão formalmente da ajuda e acrescentar essa declaração ao processo. Octaviano esclareceu que mesmo que o servidor faça essa declaração, ele tem direito. Apresentou como exemplo o caso de um servidor do *Campus* Palmas, que abriu mão e depois solicitou e recebeu. Juliana disse que o direito de receber é líquido e certo. Antonio destacou então que os servidores que solicitam remoção para tratamento de saúde fazem a solicitação somente para o *Campus* Palmas. Com a palavra, Edilson informou que a área de Filosofia está mais complicada no seu *campus*. Antonio esclareceu que deve ser observada a formação do professor e a Gerência de Ensino e a

Direção definem onde esse professor irá ministrar aula, como também sua carga horária, observando a necessidade de cada *campus*. Juliana esclareceu que a solicitação para o MEC foi para provimento das vagas em fevereiro de 2019, e informou que a vaga de Administrador para *Campus* Avançado Pedro Afonso irá para concurso. Sobre a contratação do psicólogo para o *Campus* Dianópolis, ela disse que o MEC ainda não se pronunciou. Paulo Hernandes informou que a vaga de enfermeiro do *Campus* Colinas do Tocantins irá para concurso. Juliana solicitou então o encaminhamento da confirmação do curso de Formação de Gestores para diretores e gerentes. Depois de finalizado esse assunto, o presidente iniciou a pauta referente ao orçamento da Assistência Estudantil. Informou que para a Assistência Estudantil o IFTO tem R\$ 6.900.000,00 (seis milhões e novecentos mil reais); desse montante já foram liquidados 2,9 milhões. Destacou que a preocupação é que o ano já está finalizando e ainda há unidades com um volume baixo de gastos de recursos da Assistência Estudantil como, por exemplo, os *campi* Palmas e Araguatins. Questionou se os *campi* têm um planejamento de gastos. Edilson informou que no *Campus* Porto Nacional foi lançado um edital e que neste semestre será lançado um novo edital, contemplando desde o mês de agosto até janeiro de 2019, beneficiando assim os alunos do segundo semestre. O presidente relatou experiências de anos anteriores de unidades que não conseguiram executar os recursos da Assistência Estudantil. Marcelo Terra afirmou que está previsto o pagamento de bolsas no segundo semestre, mas que não tem mais recurso para visita técnica. Pietro afirmou que também suspendeu pagamento de visitas técnicas. Marcelo alertou que ainda tem a Jornada de Iniciação Científica e Extensão – JICE – e o Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação – Connepi – ainda neste ano. Paulo acrescentou que no *Campus* Colinas do Tocantins há um déficit de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) e a sua execução foi de 65% (sessenta e cinco por cento), e que as visitas técnicas contribuíram para a execução do recurso já que as práticas de manejo animal são feitas externamente. Solicitou então aos demais diretores a complementação desses 48 mil reais para que possa concluir o ano, em função da especificidade do curso Técnico em Agropecuária. Cristiano afirmou que a assistência no *Campus* Araguaína está distribuída para bolsas, alimentação e visitas técnicas, e que estas se concentram mais no segundo semestre, e que, além disso, há gastos não só com alunos mas também com diárias dos professores e outros custeios. Concluiu dizendo que o *campus* tem previsão de executar 100% do que está planejado, mas que está aberto para ajudar outros *campi*. Wendell informou que o *Campus* Palmas atrasou o edital de bolsas e que só começou a executá-lo nos meses de junho e julho; disse que reduziu o número de parcelas e aumentou o número de bolsas, mas que está tudo planejado para executar até o final do ano. Acrescentou que o *Campus* Palmas tem a possibilidade de ajudar outros *campi*. Antonio afirmou que é necessária a compreensão dos diretores para a situação pois, caso haja necessidade, ajustaria esses recursos entre os *campi*. Disse ainda que buscaria auxílio na Setec somente se não houvesse recurso no IFTO. Informou que foi com Octaviano falar com o Secretário e a fala dele é que metade do orçamento do IFTO ainda está no Instituto e não foi executado. Esclareceu que a Setec não enxerga as unidades, ela enxerga o todo, e que seria necessário fazer uma redistribuição interna, atendendo as situações emergenciais e depois pleitear recursos adicionais. Destacou que não está faltando orçamento para o IFTO, o que ocorre é que ele está mal distribuído, e concluiu que essas distorções devem ser corrigidas. Em seguida, Flávio afirmou que o *Campus* Paraíso do Tocantins tem previsão de execução dos recursos de assistência estudantil, que foi lançado edital, e para o segundo semestre estão previstas visitas técnicas e auxílio alimentação, e que deve ser observada também a questão de que o ano letivo irá até fevereiro de 2019. Octaviano esclareceu que em janeiro e fevereiro de 2019 já terá o orçamento do ano que vem, e que deve ser observada a execução financeira de 2019. Mírian afirmou que o *Campus* Avançado Pedro Afonso está limitando participação em

244 eventos para conseguir executar o planejamento. Marlon acrescentou que no *Campus*
245 Avançado Formoso do Araguaia a situação é a mesma, que às despesas com visitas
246 técnicas juntam-se as despesas com diárias e outras. Jardel informou que o *Campus*
247 Avançado Lagoa da Confusão fez o planejamento desde o começo do ano e que 85% do
248 valor será destinado ao pagamento de bolsas. Disse ainda que tem a dificuldade com o
249 transporte de Cristalândia, pois o *campus* tem que fomentar 100% do custo. Acrescentou
250 que o orçamento está muito comprometido com essa ação e que deixa 2% para
251 procedimentos emergenciais. Octaviano relatou que o montante de assistência que está a
252 cargo da Reitoria está financiando a participação dos alunos nos Jogos Estudantis. Paulo
253 apela para o apoio dos demais *campi*. Jardel também confirma sua necessidade.
254 Octaviano colocou a Proad à disposição dos *campi* para ajudar no monitoramento mês a
255 mês, e sugeriu rediscutir a distribuição dos recursos de Assistência Estudantil. Antonio
256 então reforçou a necessidade de rever os critérios de divisão dos recursos. Josafã afirmou
257 que estava tentando atender o máximo possível os docentes em suas viagens técnicas com
258 a reorganização das previsões de gastos. Cristiano informou que foi muito conservador
259 quanto ao gasto de recursos e que, se não atacassem a causa, todos ficarão na mesma
260 situação no ano seguinte. Josafã informou que a negociação com os servidores era difícil.
261 Octaviano pediu para que fosse feita uma análise do que foi planejado com o que foi
262 executado. Paulo acrescentou que os dirigentes devem pensar no IFTO como um todo.
263 Flávio afirmou que no segundo semestre os gastos aumentam por causa de eventos, e que
264 todos devem avaliar o impacto das decisões para adequar o orçamento; diárias, passagens
265 e manutenção de veículos devem ser verificados a fim de equilibrar esses gastos. Paula
266 afirmou que o recurso estava estabilizado, mas o número de alunos está aumentando.
267 Acrescentou que está na hora de repensar o modelo de divisão dos recursos. Antonio
268 afirmou já estar na hora de criar um instrumento legal para distribuir esses recursos. Danilo
269 esclareceu que ninguém quer dizer não às solicitações para participação de eventos.
270 Antonio retomou a fala afirmando que deve ser garantida a participação de todas as
271 unidades nas principais atividades estudantis e que todos os gestores devem adotar
272 posturas iguais. Solicitou ao *Campus* Colinas do Tocantins que encaminhasse para a
273 Reitoria as solicitações de visitas técnicas que a Reitoria faria a mediação. Marcelo Terra
274 informou que a preocupação de seu *campus* é quanto ao custeio, pois foi insuficiente.
275 Pietro afirmou que o *Campus* Dianópolis ampliou o número de alunos, mas que o
276 orçamento da assistência é o mesmo, e que o *campus* precisa de mais recurso. Antonio
277 então iniciou a discussão sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE –
278 2018. Esclareceu que o IFTO recebe esse recurso para alimentação escolar e que todos
279 os estudantes do ensino básico têm direito. Informou que o montante deste ano foi de 769
280 mil reais, e que o recurso tinha sido destinado ao *Campus* Araguatins, porque já tem
281 refeitório. Esclareceu ainda que esse recurso não pode ser utilizado em outra coisa a não
282 ser alimentação, que o alimento deve ser adquirido e entregue ao estudante, e também que
283 o IFTO está em vias de ser auditado em relação ao recurso do PNAE, que é um
284 movimento em nível nacional, e que há uma comissão nacional que discute esse assunto, da
285 qual o servidor Higor Lira faz parte. Esclareceu que neste ano o recurso ainda não foi
286 repassado para Araguatins, e que 30% (trinta por cento) da aquisição dos produtos
287 alimentícios devem ser da agricultura familiar. Continuou dizendo que todos os gestores do
288 IFTO estavam comprometidos, e também que em Araguaína está havendo uma
289 mobilização dos estudantes sobre a questão da alimentação, que cobraram sobre o assunto
290 em uma reunião no *Campus* Formoso do Araguaia. Em seguida, apresentou uma planilha
291 do recurso para cada *campus*, informando que essa alimentação não tem que ser
292 necessariamente o almoço, e que todos devem pensar em como distribuir esse recurso e
293 que ele deve ser executado. Paula Karini alertou sobre o problema da aquisição dos
294 produtos dos agricultores familiares, da necessidade de capacitação dos agricultores no

295 oferecimento desses produtos, e que existe um FIC em andamento para capacitá-los.
296 Jardel afirmou que o *Campus* Avançado Lagoa da Confusão tem interesse em oferecer o
297 curso. Antonio informou que quando era diretor não sabia dessa ação do PNAE, e que
298 todos são responsáveis por executá-la em suas unidades. Explicou que o PNAE é um
299 auxílio e que cabe à Instituição complementar esse recurso, por meio de uma decisão
300 conjunta dos dirigentes, e que o não cumprimento dessa lei configura-se improbidade
301 administrativa. Flávio sugeriu que a Procuradoria fosse consultada sobre a possibilidade de
302 adquirir esses produtos dos terceiros já contratados. Paulo indagou sobre o pregão das
303 cantinas, e Octaviano sugeriu que cada um fizesse o seu por causa das particularidades de
304 cada *campus*. Quanto ao PNAE, sugeriu que fosse feito um processo único. Informou que
305 a Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB – tem o cadastro dos agricultores
306 por região, e também que os gestores são obrigados a fornecer a alimentação e não podem
307 devolver o recurso. Paula informou que a inscrição para o curso do PNAE estava
308 aberta até 17 de agosto e que enviará o link no grupo do Codir. Antonio destacou que tem
309 que ser apresentada uma estratégia para garantir esse direito dos alunos. Josafá afirmou
310 que este recurso está consolidado no planejamento do *Campus* Araguatins e mostrou
311 preocupação com a retirada desse recurso, visto que o *campus* tem especificidades, como
312 o alojamento, e sugeriu que fossem feitas mudanças para o próximo ano, pois o recurso já
313 está dentro do orçamento do *campus*, o que gera um impacto muito grande. Antonio
314 reafirmou a necessidade de uma licitação única para aquisição de alimentos do PNAE.
315 Juliana alertou que o IFTO tem que cadastrar todos os nutricionistas no sistema do PNAE.
316 Antonio então informou que deve haver um levantamento da situação dos restaurantes e
317 nutricionistas. Octaviano sugeriu que, por questão técnica e de tempo, o recurso fosse
318 destinado ao *Campus* Araguatins e que o próprio *campus* realizasse a aquisição da
319 agricultura familiar, e que, para o próximo ano, a licitação fosse feita pela Reitoria. O
320 presidente colocou em votação e os diretores concordaram que o recurso de 2018
321 será encaminhado para Araguatins e que a divisão do recurso do PNAE para 2019 será
322 verificada coletivamente. A reunião foi suspensa e retornou às 14h. Reiniciando a
323 reunião. Paula Karini passa a palavra para a prof.^a Erna, diretora do Núcleo de Inovação
324 Tecnológica do IFTO. Ela inicia sua fala informando que prestou contas
325 sobre sua participação no curso Innovation Management Professional - IMP -; em
326 seguida, explanou sobre o curso Gestão da Inovação, que acontecerá na Reitoria nos dias
327 23 e 24 de agosto, e fez a divulgação do lançamento da Agência de Empreendedorismo e
328 da Rodada de Negócios, que ocorrerão na mesma data. Por fim, solicitou a todos os
329 diretores que encaminhassem pelo menos um representante de cada *campus* para
330 participarem do evento. Logo após, Paula falou sobre a participação do IFTO na 70^a
331 Reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC -, que
332 aconteceu em Maceió - AL. Agradeceu à Diretoria de Comunicação e ao *Campus* Palmas
333 pela colaboração na aula inaugural do mestrado e, em seguida, a pró-reitora explicou sobre
334 a lei recentemente aprovada que trata sobre o sistema de patrimônio genético. Paula
335 explicou que a lei obriga o cadastramento de todos os projetos relacionados à área nesse
336 sistema, sob penalidade de multas tanto para o pesquisador quanto para a instituição. Em
337 seguida, Paula disse que foi prorrogado para o dia 19 de agosto o prazo para as
338 submissões dos trabalhos da Jornada de Iniciação Científica e Extensão - JICE. Jardel
339 então solicitou que fosse adiado por mais uma semana o prazo de submissão. Paula
340 explicou que prorrogar o prazo de submissão por mais uma semana além do dia 19
341 ficaria muito complicado devido ao prazo para as correções dos trabalhos; no entanto,
342 ressaltou que fará o possível para que nenhum aluno fique prejudicado. Em seguida, a pró-
343 reitora falou que o projeto "Impressora Braille de Baixo Custo", dos alunos do
344 *Campus* Araguaína, foi selecionado para a Tenda Tecnológica na Reunião anual dos
345 Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica - Reditec -

2018. Para finalizar os comunicados, Paula discutiu sobre como será a participação do IFTO no Congresso Norte-Nordeste de Pesquisa e Inovação - Connepi: ficou decidido que o critério mínimo para participação do evento é a aprovação de pelo menos um trabalho. Paula passou a palavra para Gabriela, que distribuiu um kit contendo acervo da cultura Tocantinense a cada conselheiro, cujo material é fruto de uma parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Tocantins - Seduc. O reitor retornou à reunião e informou que o limite orçamentário 2019 acabara de ser liberado. Contudo, antes de discutir a matriz 2019, apresentou planilha, com a real situação de cada *campus*, relacionada à execução financeira de 2018. O grande problema que o Instituto está vivenciando, segundo ele, é o déficit de orçamento em algumas unidades, enquanto outras estão com excedente de orçamento, mas que, dentro do IFTO, não há falta de crédito orçamentário. Antonio falou que já esteve no Ministério da Educação - MEC - tentando buscar acréscimo de recurso orçamentário para as unidades que estão com déficit, mas o MEC não irá liberar mais recursos para o IFTO em 2018, pois, para o Ministério, o Instituto não possui falta de orçamento, este apenas está distribuído de maneira equivocada. Com isso, Antonio disse que, para viabilizar a resolução do problema gerado, deve-se tentar de alguma maneira reorganizar a distribuição do orçamento 2018, para assim suprir o déficit nas unidades com problemas financeiro. Antonio mostrou na planilha de execução financeira que o orçamento anual para os *campi* avançados Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pedro Afonso é sabidamente insuficiente e já vem sendo complementado com remanejamento de orçamento realizado pela Reitoria. O reitor disse que está muito preocupado com as realidades dos *campi* Colinas, Dianópolis e Gurupi e, em seguida, solicitou aos diretores dessas unidades qual o valor real necessário para cobrir as despesas fixas (contratos continuados), ou seja, para o funcionamento do *campus*. Edilson então falou da necessidade orçamentária do *Campus* Porto Nacional, que o *campus* precisa de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) apenas para cobrir as despesas com contratos continuados. Antonio respondeu a Edilson que o *Campus* Porto Nacional tinha R\$ 2.013,00 (dois mil e treze reais) de limite orçamentário e que nesse dia, em meados de agosto, o *campus* ainda dispunha de saldo aproximado de R\$ 1.180,00 (mil cento e oitenta reais). O reitor questionou se esse saldo não daria para fechar as contas até dezembro. Edilson respondeu que o planejamento orçamentário do *campus* em que ele solicita os 32 mil reais foi feito até janeiro e disse que até dezembro o *campus* conseguirá fechar as contas com o saldo orçamentário que possui. Antonio volta a pedir aos diretores muita atenção ao acompanhamento orçamentário e financeiro de suas respectivas unidades. Em seguida, o reitor pediu para que todos os diretores apresentassem a real situação de suas unidades. Apresentando a situação atual do *Campus* Gurupi, Marcelo Terra disse que o déficit aproximado é de R\$ 697.000,00 (seiscentos e noventa e sete mil reais) para cobrir os gastos básicos. Falou que o *campus* está fazendo um esforço para tentar reduzir esse valor e mostra o detalhamento das despesas mensais no valor de, aproximadamente, R\$ 186.152,00 (cento e oitenta e seis mil cento e cinquenta e dois reais). Edilson ratificou que no *Campus* Porto Nacional não houve em 2018 nenhum tipo de bolsa; o gasto do *campus* foi apenas com contratos continuados. Marcelo Terra também disse que no *Campus* Gurupi o orçamento foi gasto totalmente em despesas com contratos continuados. Em seguida, Paulo Hernandez disse que o *Campus* Colinas do Tocantins necessita de uma complementação orçamentária de R\$ 465.392,20 (quatrocentos e sessenta e cinco mil trezentos e noventa e dois reais e vinte centavos) para fechar o ano de 2018. Paulo expôs que a situação orçamentária do *campus* está crítica e ressaltou que em Colinas não houve gasto com pagamento de bolsas referentes ao Pró-qualificar e que toda a despesa empenhada e paga pela unidade foi apenas com contratos continuados. Pietro, após dizer que está à frente da gestão do *Campus* Dianópolis desde o início de agosto, apresentou o detalhamento da despesa mensal do *campus*, que é de R\$

397 192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais). Informou que é necessária uma
398 complementação orçamentária para que o *campus* consiga pagar todas as despesas do
399 ano de 2018. Antonio questionou sobre a possibilidade dos demais *campi*
400 conseguirem fecharem o ano. Flávio disse que está preocupado com a situação
401 do *Campus* Paraíso do Tocantins, pois possivelmente precisará de cerca de R\$ 50.000,00
402 (cinquenta mil reais). Antonio fez os cálculos relacionados aos deficit orçamentários das
403 unidades e disse que o montante supera o valor de R\$ 1.900.000,00 (um milhão
404 e novecentos mil reais). O reitor falou que não há muito o que fazer, explicou que é
405 necessário haver um remanejamento de orçamento. Juliana perguntou qual *campus* teria
406 condições de remanejar crédito orçamentário. Antonio disse que, se considerar o saldo
407 orçamentário, haveria o *Campus* Palmas, com R\$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos
408 mil reais); e o *Campus* Araguatins, com R\$ 2.100.000,00 (dois milhões e cem mil reais);
409 isso considerando o montante total, mas que deveria ser avaliado o custo de cada unidade
410 para saber o saldo orçamentário real. Wendell disse que no planejamento do *Campus*
411 Palmas vê a disponibilidade de contribuir com os *campi* em deficit com uma quantia de R\$
412 500.000,00 (quinhentos mil reais), valor que seria utilizado no custeio do *campus*. Antonio
413 ressaltou que é necessário buscar uma solução para o problema que já esta posto e, em
414 seguida, minimizar o problema para o ano seguinte. Josafá disse que fará os cálculos do
415 *Campus* Araguatins e que até sexta-feira dará um retorno com a quantia que o *campus*
416 poderá contribuir para minimizar o deficit. O reitor pede para Palmas e Araguatins fazer um
417 esforço com as contribuições e o restante ele tentará complementar com o recurso da
418 Reitoria. Wendell questionou o reitor se há possibilidade de repassar algum valor de saldo
419 orçamentário de capital para o *Campus* Palmas. Antonio respondeu que é o próximo
420 ponto de pauta. Paulo Hernandez disse que é difícil discutir sobre a mudança no formato
421 da divisão orçamentária. Ele ressaltou que, em algum momento, os recursos foram
422 divididos de maneira indevida ou independente da matriz orçamentária. Falou também que
423 os cálculos não foram feitos detalhadamente e explicou que Antonio hoje é o reitor do
424 IFTO e que não é fácil pedir para um *campus* retirar recurso e repassar para outro. Disse
425 ser necessário que o cálculo da divisão orçamentária fique muito bem claro para todos
426 e explicou que se for analisar com cuidado, o orçamento que o IFTO tem disponível para
427 2018 é suficiente para todas as unidades. Octaviano disse que a tarefa que todos os
428 gestores devem fazer é saber qual o custo fixo dos serviços básicos de sua unidade.
429 Antonio passou para o próximo ponto de pauta. Disse que na matriz orçamentário de 2018
430 o IFTO tem reservado R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para investimento, e que
431 desse valor foi recebido até o momento cerca de R\$ 750.000,00 (setecentos e
432 cinquenta mil reais). Explica que o recurso chegou em julho e, como o Codir ainda não
433 havia tido reunião até o momento, o recurso está parado na Reitoria. Falou que desse
434 montante é necessário aproximadamente R\$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil
435 reais) para fechar uma obra no *Campus* Avançado Lagoa da Confusão; cerca de R\$
436 50.000,00 (cinquenta mil reais) para o *Campus* Colinas do Tocantins terminar a
437 construção do aviário; e explicou que tanto a obra de Lagoa da Confusão quanto a de
438 Colinas do Tocantins encontram-se em fase de conclusão e necessita dessa
439 complementação para o seu término. Octaviano explicou a necessidade de alocar o
440 recurso de capital para iniciar algumas licitações já em andamento. Wendell falou que o
441 *Campus* Palmas necessita de, pelo menos, R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) de recurso
442 de capital. Depois de discutidos todos pontos sobre o recurso de capital, a divisão ficou a
443 seguinte: assegurar R\$ 337.000,00 (trezentos e trinta e sete mil reais) para o
444 *Campus* Araguatins; R\$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais) para
445 o *Campus* Avançado Lagoa da Confusão; R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para
446 o *Campus* Colinas do Tocantins; e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para o *Campus*
447 Palmas. Antonio explicou que a divisão realizada está relacionada ao recurso de capital que

o Instituto dispõe hoje. Antonio passou então para o próximo ponto da pauta: o orçamento de 2019. O reitor apresentou a planilha com a matriz orçamentária de 2019, mostrou na tabela do Conif o valor de aproximadamente R\$ 67.000.000,00 (sessenta e sete milhões de reais) que foi solicitado à Setec para o IFTO. Entretanto, a Setec liberou um montante de pouco mais de R\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões), ou seja, 51% (cinquenta e um por cento) a menos que o solicitado. Antonio explicou como é formada a tabela solicitada pelo Conif à Setec e que, até aquele momento, a Secretaria disponibilizou apenas o valor total de orçamento para o Instituto, não repassando a planilha com sugestão de divisão. Em seguida, o reitor explicou a planilha apresentada, contendo projeção de divisão seguindo o corte linear realizado pela Setec sobre o montante solicitado. Octaviano falou que é necessário realizar a divisão do montante para que seja realizada a inserção dos valores no quadro de detalhamento de despesas - QDD. Ressalta que o prazo para fazer essa atividade era até no dia seguinte às 11 horas; com isso, os *campi* deverão repassar para a Proad a planilha QDD até as 8 horas do dia seguinte. Antonio explicou que o corte linear como relatado na planilha apresentada é um apenas um exemplo de divisão do orçamento, explicou que o Instituto pode dividir o valor total da maneira que julgar melhor, e disse que a forma que deve ser dividido o orçamento entre as unidades é a estratégia para que os *campi* não fiquem com déficit como ocorreu em 2018. Marcelo Terra falou que a divisão do orçamento deveria levar em consideração pelo menos as despesas fixas de cada *campus*, ou então os *campi* enfrentariam as mesmas dificuldades do ano corrente. Concluiu dizendo que os *campi* teriam que ter pelo menos o orçamento mínimo para sobreviver. Antonio falou que para fazer isso todos deveriam ter em mãos o cálculo de todas as despesas fixas mensais de cada unidade. Wendell disse que a Reitoria teve um aumento no orçamento no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Antonio disse que na projeção do Conif o que era esperado para a Reitoria era cerca de R\$ 8.400.000,00 (oito milhões e quatrocentos mil reais). Aplicando o mesmo redutor que foi aplicado para todas as unidades restou esse valor, e acrescentou que a tabela com o redutor é apenas uma projeção de divisão do montante liberado pela Setec. Disse ainda que está aberto para discutir o formato de divisão do orçamento para 2019. O reitor concorda com Marcelo, de que deveria assegurar o orçamento mínimo para todas as unidades a fim de que todas tenham possibilidade de pagar todas as suas despesas. Disse também que todos deveriam compreender qual seria o valor mínimo de cada unidade, assegurar esse valor para os *campi* e o restante distribuir entre todas as unidades. Jardel também enfatizou que é importante garantir pelo menos o orçamento mínimo para as unidades. Marcelo ressaltou que se fosse disponibilizado pelo menos o orçamento para o *Campus* Gurupi pagar todas as contas já estava muito bom. Jonas disse que deveria levar em consideração o PNAES que Araguatins deixará de receber. Jardel falou que não devem olhar os que ganharam e sim os que estavam perdendo em anos anteriores. Edilson propôs que cada diretor expusesse o detalhamento de despesas para o ano seguinte para, em seguida, fazer a divisão do montante. Juliana ressaltou que os diretores estão tendo uma oportunidade única que ela não se recorda de ter tido enquanto era diretora, disse que nunca houve um processo de divisão orçamentária em que os diretores pudessem opinar ou propor. Paulo disse que a discussão estava sendo muito válida. Antonio disse que para ele a aplicação do corte linear não é o ideal. Em seguida, Octaviano começou a colocar em uma planilha as despesas fixas de cada unidade. Jardel sugeriu que fossem inseridas na planilha apenas as despesas com contratos continuados e depois subtrair esses valores do montante total; o que sobrar, divide entre os *campi*. Ressaltou que na construção da planilha não pode incluir bolsas. Antonio pediu consciência na divisão do orçamento, na ampliação de salas, na utilização dos espaços. Antonio pediu ainda proposições para a realização da divisão. Paulo sugeriu que ficasse um valor maior na Reitoria e o restante fosse dividido proporcionalmente entre os *campi* para que em hora

499 oportuna refizesse a divisão. Cristiano propôs o mínimo (pagamento de contratos
500 continuados) para cada *campus* e o restante dividir de forma proporcional para as
501 unidades. Ressaltou que se não fizessem dessa maneira, no próximo ano todos
502 estariam tendo a mesma discussão de hoje. Wendell questionou como é calculada a matriz
503 solicitada pelo Conif e quais seriam as despesas fixas que irá incidir na construção da
504 planilha. Paulo propôs o preenchimento do QDD de forma administrativa e o compromisso
505 de todos os diretores retornarem posteriormente para refazer a divisão do orçamento.
506 Antonio falou então que está dando oportunidade aos diretores de organizarem a divisão
507 do orçamento, disse que todos têm que ter a compreensão de quanto custa para manter
508 cada unidade, e recomenda que deixem todo o orçamento para o custeio. Wendell
509 falou que é complicado não deixar nada de capital. Cristiano disse que protelar a discussão
510 prejudica o andamento da instituição. Wendell disse que a divisão é relacionada em cima
511 do número de alunos. Octaviano esclareceu que o orçamento não é somente em cima do
512 quantitativo de alunos. Antonio ressaltou que o IFTO tem para o ano de 2019 R\$
513 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais) e que deve haver a melhor forma possível
514 de divisão entre as unidades. Flávio disse que o correto é pegar as despesas e dividir o
515 saldo residual. Josafá propôs preencher o QDD em cima do corte linear e em outra reunião
516 rediscutir os valores. Pietro concordou com as preposições de Flávio, Cristiano, Marcelo,
517 Jardel e Edilson. Wendell falou sobre como será a divisão do saldo residual depois que
518 subtrair o valor fixo das despesas, questionou como saber o gasto dos demais *campi*,
519 retomou o questionamento sobre o valor da Reitoria. Antonio falou que pode retirar todo o
520 recurso da Reitoria, disse que o importante é assegurar o funcionamento dos *campi*. Após
521 todas as proposições, ficou definido que a divisão orçamentária será mediante o cálculo do
522 somatório das despesas com contratos continuados e o saldo residual será dividido
523 proporcionalmente entre os *campi*. Logo após, Octaviano em parceria com os diretores
524 das unidades iniciaram a construção da planilha das despesas mensais de cada *campus*
525 referente aos contratos continuados, contendo: vigilância, apoio administrativo, energia,
526 água e esgoto, internet, telefonia, cópias, manutenção de ar-condicionado, manutenção e
527 abastecimento de veículo, manutenção predial e publicidade legal. Em seguida, os diretores
528 inseriram os dados referentes às despesas mensais de seus respectivos *campi*. Wendell
529 comentou que após a divisão a Reitoria ficará com quase R\$ 3.000.000,00 (três milhões de
530 reais). Antonio disse que não há problema a Reitoria ficar com esse valor, argumentou que
531 é suficiente para a sua despesa, contudo, disse que com esse valor não será possível que a
532 Reitoria continue dando suporte às unidades com o pagamento de diárias e passagens,
533 entre outros, e esclareceu que para ele é muito mais cômodo diminuir o recurso da Reitoria
534 e repassar aos *campi* para que os gestores locais façam a gestão de seus recursos.
535 Wendell disse que, para ele, a Reitoria não precisa desse montante. Octaviano
536 explicou que a Reitoria necessita de um valor até superior, pois tem arcado com diferentes
537 despesas de ações desenvolvidas nas unidades. Após discutidos todos os pontos e
538 cálculos sobre a composição da matriz orçamentária de 2019, Antonio perguntou aos
539 conselheiros se todos estão de acordo com a divisão da planilha orçamentária para o ano
540 de 2019, sendo aprovada por todos. Wendell falou ainda que deve haver
541 comprometimento dos diretores e, principalmente, dos diretores dos *campi* avançados em
542 controlar os gastos. Octaviano esclareceu que os gastos dos *campi* avançados são
543 monitorados pela Reitoria. Em seguida, Octaviano solicitou que todos encaminhassem o
544 QDD para a Proad até as 8 horas do dia seguinte. Discutidos tais assuntos, o presidente
545 do Colégio de Dirigentes do IFTO, Antonio da Luz Júnior, encerrou a reunião
546 agradecendo a presença e a participação de todos, e eu, Milton Maciel Flores Junior,
547 secretário do Colégio de Dirigentes, assino a presente ata, que, depois de lida e aprovada,
548 é assinada também pelo presidente e pelos demais membros presentes do Colégio de
549 Dirigentes do IFTO.

550

551

552

553

554

555



Documento assinado eletronicamente por **Nayara Dias Pajeu Nascimento, Pró-reitora**, em 22/09/2018, às 13:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mirian Peixoto Soares da Silva, Diretora**, em 24/09/2018, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jardel Barbosa dos Santos, Servidor**, em 24/09/2018, às 14:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marlon Santos de Oliveira Brito, Diretor**, em 24/09/2018, às 17:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Octaviano Sidnei Furtado, Pró-reitor**, em 24/09/2018, às 22:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edilson Leite de Sousa, Diretor-geral**, em 02/10/2018, às 10:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Danilo Gomes Martins, Pró-reitor**, em 08/10/2018, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Fernandes Mateus, Diretor-geral**, em 10/10/2018, às 08:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Eliziário de Souza, Diretor-geral**, em 28/11/2018, às 15:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Alves Terra, Diretor-geral**, em 01/04/2019, às 09:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Pietro Lopes Rego, Diretor-geral**, em 01/04/2019, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela de Medeiros**



Cabral, Pró-reitora, em 01/04/2019, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Karini Dias Ferreira Amorim, Pró-reitora**, em 02/04/2019, às 09:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Hernandes Gonçalves da Silva, Diretor-geral**, em 26/04/2019, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Josafa Carvalho Aguiar, Diretor-Geral**, em 13/05/2022, às 23:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.iftto.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0446507** e o código CRC **DE974130**.



Avenida Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 1, Lote 8 - Plano Diretor Sul
CEP 77020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.iftto.edu.br - reitoria@iftto.edu.br

Referência: Processo nº 23235.020148/2018-40

SEI nº 0446507